

EDUCAÇÃO NO CAMPO: PERCURSO FORMATIVO E PERFIL DOS PROFISSIONAIS DOCENTES DE TRÊS ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS - TO

Anna Beatriz Pereira dos Santos ¹

INTRODUÇÃO

A formação de professores é um tema historicamente pensado e debatido no cenário nacional. Nos últimos anos conforme as políticas de universalização da educação pública e de qualidade, os desafios tornaram-se imensos considerando o vasto território com culturas e identidades diversificadas.

Nesse contexto, a Educação do campo enquanto modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem na área rural, precisa ser constantemente discutida e cobrada a fim de garantir igualdade de condições à população que reside naquelas localidades.

Sabe-se que a formação pedagógica dos professores vem tornando-se mais abrangente e capaz de absorver vários aspectos, dentre eles o político, o cultural e o social. Percebe-se que os atuais trabalhadores da educação estão cada vez mais preparados para lidar com a dinâmica e os conflitos das cidades, porém ao se tratar da educação do campo, observa-se uma provável falta de preparação. Dessa forma, é importante conhecer o percurso formativo dos docentes lotados nas escolas rurais, no sentido de refletir sobre o perfil profissional e conhecimentos adquiridos para atender as particularidades e cultura do contexto.

Portanto entende-se que traçar um perfil educacional desses profissionais possibilitará a identificação das partes que necessitam de mudança, melhorias ou contribuições que podem ser realizadas para melhorar a qualidade do ensino no campo. Bem como, conhecendo as ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas rurais ajudará no desenvolvimento de novas possibilidades de formação profissional continuada e até mesmo na formação inicial dos professores que possam futuramente atuar na educação do campo.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - IFTO, annabeatriz1864@gmail.com;

Esta pesquisa teve por finalidade analisar o perfil profissional dos docentes em exercício nas escolas rurais de Araguatins, visando identificar o grau de formação acadêmica desses professores, verificar a existência da prática de formação continuada, conhecer as metodologias e práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula e contribuir com novas possibilidades de formação contínua específica para a educação do campo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Os métodos traçados para uma pesquisa é o trajeto essencial para a fomentação e compreensão de um estudo. Andrade (2010) caracteriza metodologia como um caminho percorrido na busca do conhecimento, portanto, torna-se relevante a escolha de métodos adequados para o sucesso de uma investigação. As três escolas selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa, Escola Estadual Santa Gertrudes (EESG), Escola Estadual Frei Savino (EEFS) e Escola Municipal Rui Barbosa (EMRB), estão situadas na zona rural do município de Araguatins - TO, que se encontra localizado na microrregião do Bico do Papagaio, possuindo uma área territorial de 2.625,286 km² e uma população de 35.761 pessoas (IBGE, 2019).

A presente pesquisa possui natureza básica descritiva, tendo como finalidade, segundo Prodanov e Freitas (2013), apenas registrar e descrever os fatos sem interferência, visando entender as características de uma determinada população ou fenômeno. O trabalho teve como princípio uma abordagem qualitativa, visando analisar o perfil dos docentes em exercícios nas escolas rurais do Município de Araguatins.

O procedimento adotado foi a pesquisa de campo, cujos instrumentos de coleta de dados foram questionários e entrevistas semiestruturadas, ressaltando que os questionários foram aplicados aos professores, contendo perguntas abertas e fechadas; enquanto as entrevistas continham perguntas semiestruturadas direcionadas aos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas rurais selecionadas, com eixos sobre programas e planejamento estratégico específicos à realidade investigada.

REFERENCIAL TEÓRICO

“A expressão Educação do Campo identifica uma reflexão pedagógica que germina das inúmeras práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos que vivem no campo” (SANTOS e SILVA, 2016, p. 137). De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988), porém sabemos que grande parcela da população, principalmente os que residem nas zonas rurais não conseguem ter acesso a uma educação de qualidade.

A partir do ano de 1970, os movimentos sociais iniciaram uma luta em prol de reformas agrárias e políticas. Nesta década, no que se refere à educação, de acordo com Queiroz (1998, p. 39):

Sobressaem as iniciativas de educação popular através da educação política, da alfabetização de jovens e adultos, da formação de lideranças sindicais, comunitárias e populares. Por parte de alguns setores de algumas igrejas, houve um comprometimento com os 35 movimentos sociais e com as lutas e organizações dos trabalhadores tanto no meio urbano, quanto rural.

As lutas engajadas pelos movimentos sociais começam a surtir efeitos, dando uma maior visibilidade aos moradores do campo e uma educação mais igualitária para todos. Partindo desse cenário, a educação do campo tornou-se uma das principais reivindicações dos movimentos sociais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Segundo Souza (2008) a existência de um número pequeno de escolas e de um trabalho educacional baseado em modelos urbanos, fizeram com que o MST produzisse documentos que mostravam a necessidade e as possibilidades de construção de políticas públicas a cerca da educação do campo. De acordo com Santos e Silva (2016) dentre as conquistas alcançadas pelos movimentos sócias, é importante que destacassem as políticas do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

Nas lutas por uma educação de qualidade vimos que “por mais de uma década, os movimentos sociais vinham assumindo a responsabilidade de afirmar e tentar garantir o direito à educação dos diversos povos do campo” (ARROYO, 2007, p. 165), porém Arroyo (2007) ressalva que a maior parte das conquistas alcançadas pelos docentes não chega aos educadores do campo, o que compromete toda a política de qualificação de um corpo específico e estável.

Segundo Romanowski e Martins (2010) a formação continuada é tida como um dos elementos de desenvolvimento profissional dos professores, pois atua como um

complemento a formação inicial e constitui condições de acesso para níveis mais elevados na carreira. Ainda acompanhando a fala do autor, este cita que no final da década de 1970, a formação continuada assumiu a forma de aperfeiçoamento, capacitação, atualização, educação permanente e continuada. Fagundes e Campos (2011) colocam que a formação de professores é um processo que se realiza durante toda a sua trajetória profissional, e não só em um momento isolado, com o intuito de acumular conhecimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os métodos propostos, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os diretores e coordenadores das três escolas selecionadas, totalizando seis funcionários. Partindo das respostas dadas sobre o tempo de trabalho e a formação dos diretores e coordenadores, podemos observar que há quem iniciou o trabalho na escola recentemente, e outros que já atuam por vários anos na mesma instituição. Esse fato ocorre devido a forma de seleção desses funcionários, se por contrato, concurso público ou indicação política. A saída ou mudança no quadro de funcionários acarreta descontinuidade na forma de se trabalhar na escola, prejudicando o bom funcionamento da mesma.

Para a coleta de dados foram contatados 22 professores, todavia apenas 16 aceitaram participar da pesquisa. Com o intuito de preservar a identidade dos professores, foi aqui utilizada uma nomenclatura por ordem numérica. Dos professores que responderam ao questionário, 81,25% são do sexo feminino e 18,75% são do sexo masculino, com idade entre 30 e 56 anos. O tempo de atuação na docência varia de 1 ano a 26 anos, onde 1 professora é concursada e os demais, em regime contratual.

Dos 16 professores que responderam ao questionário, todos possuíam um ou mais curso superior, refutando assim a ideia de que os professores que lecionam na zona rural possuíam apenas o ensino médio. Quando questionado sobre a realização de cursos de formação continuada, a maior parte dos professores afirmou ter participado de algum curso entre os anos de 2018 a 2020, ou que estavam participando dos cursos de formação continuada ofertados no ano de 2021, ressaltando assim, que estes docentes estão a procura de aperfeiçoar seus conhecimentos, para melhor atender os seus alunos.

Partindo dos dados obtidos a partir do questionário, podemos observar que a quantidade de professores que buscam metodologias diferenciadas é grande, apesar de

ainda haver aqueles que se baseiam somente no uso do livro didático, demonstrando que ainda se faz necessário uma maior explanação da existência e dos benefícios de se utilizar metodologias ativas diferenciadas. Vale ressaltar que a maior parte desses professores trabalham com turmas seriadas e multisseriadas, o que se torna mais um desafio.

Percebe-se que trabalhar como professor na zona rural não é uma tarefa fácil, mas que apesar das dificuldades, os professores das três escolas, afirmaram gostarem de lecionar nesse contexto e apontaram justificativas diversas, como: estarem habituados a essa realidade, residirem nos distritos e povoados, pela motivação e carinho dos alunos, pelo tamanho das turmas, pela calma do campo, e que “embora tenhamos dificuldades maiores, trabalhar com realidade e particularidades de cada aluno, sua vivência no campo é muito gratificante. Isso me encanta!” (PROFESSOR 12, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa pode-se concluir que a formação em nível superior com habilitação em magistério dos professores lotados em escolas da zona rural é satisfatória, entretanto, ainda é muito carente em formação continuada específica para atuar com práticas pedagógicas mais específica ao desenvolvimento local, uma vez que o número de professores com cursos superiores nessas escolas, nos tempos mais remotos, era bastante reduzido.

Apesar de a formação continuada ser uma necessidade e um direito dos professores, muitas escolas da zona rural possuem poucos recursos ou até mesmo nenhum recurso para subsidiar os custos dessa atividade ou oferta-las aos seus docentes. Portanto é de suma importância que as autoridades responsáveis, junto com as escolas ampliem o acesso dos professores da zona rural à cursos de formação continuada com ênfase na educação do campo. Fica aqui também a ressalva de que se faz necessário o aprofundamento de pesquisas sobre o ensino em escolas rurais, e a maneira como elas ofertam o ensino aos seus alunos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos sociais. Docentes. Formação continuada. Escolas rurais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 68, p. 549-564, 2010.

FAGUNDES, Andréa Vassallo. CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Formação continuada de professores na perspectiva crítica: contribuições à prática docente. **Instrumentos**, p. 63-72, 2011.

IBGE. Araguatins. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/araguatins.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*.

QUEIROZ, João Batista Pereira. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. **Revista NERA Presidente Prudente**. Ano 14, nº 18, p.37-46 Jan-Jun/2011.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. MARTINS, Pura Lucia Oliver. Formação continuada: contribuições para o desenvolvimento profissional dos professores. **Revista Diálogo Educacional**, v. 10, n. 30, p. 285-300, 2010.

SANTOS, Ramofly Bicalho. SILVA, Marizete Andrade. Políticas públicas em educação do campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. **Revista Eletrônica de Educação**. v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, 2008.

SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes. Educação do campo prática pedagógica. **Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ensino de Geografia e História)**. Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação, Faculdades Integradas do Vale do Ivaí-Univale, UMUARAMA, p. 96, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002